Políticos, liberais e intelectuais na construção da escolarização do Maranhão (1825-1834)

Após a ruptura política com Portugal, em 1822, o Brasil começou a estruturar-se como nação. A Carta de 20 de outubro de 1823 foi um importante documento nesse processo ao dar nova forma ao governo das unidades político-administrativas do Império. Criou o cargo de Presidente da Província, que era um representante do poder central, e o Conselho Presidial - doravante denominadoConselho de Governo, Conselho de Presidência ou Conselho Administrativo -, que era composto pelo Presidente da Provínciae por seis conselheiros, cuja função era decidir sobre assuntos de interesse da província, inclusive sobre a "educação da mocidade" (Carta de 20 de outubro, Art. 24).O Maranhão, que rompeu politicamente com Portugalsomente em 28 de julho de 1823,criou seu Conselho Presidial apenas em 1825 (CIRINO, 2015). Alguns de seus conselheiros faziam parte da elite ilustrada da província. Eram filhos dos lavradores maranhenses que enriqueceram ainda no século XVIII, quando o então Estado se inseriu no mercado internacional com a exportação de arroz e algodão, cultivados e processados com a mão-de-obra africana (VIVEIROS, 1999). Puderam, por isso, estudar em instituições europeias, como a Universidade de Coimbra, colocando em prática na província, após o retorno, ideais educacionais liberais e iluministas de uma escola popular, pública, laica e moderna. É o caso, por exemplo, do conselheiroAntonio Pedro da Costa Ferreira, reconhecido por seu biógrafo Antonio Henriques Leal (1873) como um político liberal, racionalista e humanitário. Em sua atuação no Conselho, propôs a criação de escolas de primeiras letras nas principais vilas da província (Ata do Conselho Presidial, 28/6/1826, p. 12, verso 1). É dele a proposta de criaçãoda Biblioteca Pública Provincial, na sessão de 6 de junho de 1829 (LEAL, 1873, p. 247). Ao longo de seus anos de existência (1825-1834), o Conselho Presidial do Maranhão, por meio da ação de seus conselheiros, delineou uma *forma escolar*(VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001)de transmissão de conhecimento e socialização de crianças e jovens, ao criar escolas de primeiras letras para meninos e meninas, elaborar mecanismos de inspeção docente, examinar professores, especificar os ordenados dos mesmos, criar a biblioteca pública e tentar implementar o método mútuo nas escolas de primeiras letras do Maranhão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Carta de 20 de outubro de 1823.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pelo bem da "pátria" e pelo Imperador:** O Conselho Presidial do Maranhão na construção do Império (1825 – 1831). Dissertação Mestrado. UFMA. São Luís, 2015.

LEAL, Antonio Henriques. **PantheonMaranhense.** Ensaios biográficos dos Maranhenses ilustres já falecidos. SãoLuis, 1873. Tomo I.

MARANHÃO. **Conselho Presidial.**Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão.** São Paulo: Siciliano, 2001.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. **Sobre a história e a teoria da forma escolar**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão**. SãoLuís:Associação Comercial do Maranhão, 1999.